



COMO INSTITUIR VIVACIDADE? OUTRO(S) PLANEJAMENTO(S), OUTRAS NARRATIVAS PARA OCUPAR E CONSTRUIR COLETIVAMENTE NOSSAS CIDADES

Flávia de Souza Araújo, Prof^a adjunta da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
(UFAL), flavia.araujo@fau.ufal.br

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que no Brasil o planejamento territorial, seja urbano ou regional, em suas concepções mais tradicionais de modos e modelos (a exemplo do planejamento moderno ou mesmo do estratégico), desde os anos 50 até os dias atuais é oriundo da relação entre técnicos/planejadores e intelectuais atrelados ao Estado, fundado na crença de que é possível organizar/moldar/reajustar as dinâmicas econômicas e espaciais da sociedade no meio urbano e/ou regional via ação intervencionista estatal (ideia esta evidente numa série de modelos de planejamento: racional, incremental, advocatício, indicativo, participativo, etc.), entendemos que em todos os citados modelos de planejamentos das grandes cidades, o papel do Estado é considerado fundamental enquanto viabilizador e/ou realizador das ideias planejadas em parceria ou não com o capital privado.

Esta relação de caráter ideológico entre Estado e planejamento enquanto ator e instrumento de ação responsáveis por instaurar uma suposta “nova ordem social” foi alvo de críticas

no decorrer dos anos 70ⁱ, visto que a elaboração e prática do planejamento era voltada para o atendimento a demandas que favoreciam o capital privado em detrimento daquelas das populações menos abastadas economicamente e, nesta lógica de privilégio às grandes empresas e à especulação imobiliária, os territórios urbanos – centros e subúrbios – tem se tornado cada vez mais desiguais e contraditórios. Paralelamente a este contraste, a postura arrogante de quem cria diagnósticos e planeja propostas que visam solucionar os “problemas-doenças” urbanos continua em voga e oblitera as complexidades inerentes aos territórios da urbe.

Diante desta constatação e do processo de crítica aos modos de fazer planejamento aliado à função do Estado, a partir dos anos 80 emerge entre estudiosos da complexidade urbana o pensamento de que cabe ao Estado o papel de intermediador entre as diversas demandas dos diferentes grupos sociais do conjunto da cidade e a representação destas materializadas nas deliberações do planejamento do território, as quais impactam diretamente não só nos usos/formas do espaço urbano quanto no cotidiano de todos que vivenciam e constituem este território. Nesta perspectiva, diferente da defesa do planejamento participativo – que ressalta a necessidade da participação popular nos processos de planejamento territorial, porém não rompe completamente com a característica principal do planejamento tradicional: sua racionalidade instrumental e abstrata – o planejamento insurgente surge tensionando esta ideia de participação popular, instaurando questionamentos em relação ao modos de fazer e pensar planejamento territorial.

A contribuição do planejamento insurgente, com base em Leonie Sandercock (2005), concentra-se justamente no tensionamento do papel do Estado enquanto principal agente produtor/executor de planejamento. A autora aponta que o planejamento atual enquanto instrumento de governança por parte do Estado, é ainda

ⁱ Vide Jane Jacob em *Morte e Vida das Grandes Cidades* (2003).

extremamente tecnocrático cujos limites se concentram na prevalência de interesses hegemônicos e obliteração de grupos minoritários, e indica como alternativa potencialidades oriundas dos próprios cidadãos – aqui entendidas como vivacidades – que constituem a urbe, particularmente aqueles excluídos dos espaços de deliberação/gestão das cidades.

As potências das minorias defendidas por Sandercock (2005) estão atreladas à ideia da necessidade de se questionar a lógica instrumental do espaço abstrato que orienta as formas tradicionais de pensar/fazer planejamento, cuja prática é monopolizada pelo Estado e/ou por tradicionais planejadores racionais – que valorizam a presença e o saber técnico neste processo – e está centrada principalmente na identificação de necessidades e prioridades estabelecidas pelo Estado (mesmo que estas sejam apontadas via ONGs, movimentos sociais, etc.).

Como alternativa de romper as práticas de planejamento que se baseiam na lógica capitalista dominante e indulgente, é necessário compreender que os espaços cotidianos das práticas sociais e espaciais podem dar origem a formas substantivas de exercício de cidadania, do aproveitamento de outras fontes de informação e de uma orientação nova para práticas outras de planejamento, ou seja, estas práticas do cotidiano constituem a base de instauração de um modo alternativo insurgente e subversivo de planejar, o qual reconhece as contradições entre cidadania formal e informal e trabalha em nome da expansão de direitos de cidadania.

No planejamento insurgente ou subversivo, não se trata de propor um modelo, mas sim uma prática fundamentada na compreensão da complexidade da urbe contemporânea e na preocupação em apontar direções que permitam sua transformação futura. Para isto, esta proposta de planejamento busca ser construtiva na medida em se que posiciona enquanto mediação - para superação - das principais contradições

do mundo contemporâneo evidenciadas na relação de três elementos que o constituem: comunicação, espaço e tempo (instrumental x comunicativo abstrato x concreto indolente x cosmopolita). Neste caso, o planejador não possui mais o papel de produzir uma proposta de solução dos problemas territoriais via governo estatal/capital privado, mas se torna um mediador que contribui para a superação de contradições e para o avanço de uma transformação voltada para a racionalidade comunicativa, o espaço diferencial de valores de uso e o pensamento cosmopolita baseado nas experiências sociais das populações exploradas e oprimidas.

A metodologia para se pensar um planejamento insurgente enraiza-se na intensificação de formas mais radicais de crítica às atuais formas de planejamento com a finalidade de apontar as potências existentes nas manifestações sociais, como subsídios para se propor a superação das limitações dos modelos vigentes, seja do planejamento estratégico, seja do planejamento participativo.

Diante do momento de crise global que atualmente vivemos, crise esta não somente econômica mas do próprio planejamento como profissão e como ideia, é urgente repensar o planejamento, tensionar as atuais formas de fazê-lo e reconhecer uma visão mais complexa e múltipla sobre as formas de pensar o(s) território(s) urbano(s), isto é, é necessário imaginar práticas de descolonização que instaurem um urbanismo humano (MIRAFTAB, 2016).

Sandercock (2005) ressalta a importância de se compreender a história como uma prática da teoria do planejamento. Portanto, as histórias do cotidiano (CERTEAU, 2011) devem ser levadas em consideração diante da construção da História dominante (VEINE, 1998), como uma forma de tornar legíveis, a partir da apreensão de narrativas, os espaços, a vida, as linguagens e as micropolíticasⁱⁱ do cotidiano urbano. A autora ressalta ainda a necessidade de que estas narrativas sejam compreendidas enquanto ele-

ⁱⁱ Micropolítica é um termo inventado por Guattari (GUATTARI; ROLNIK, 1999) e se refere aos efeitos de subjetivação, conjunto de fenômenos e práticas capazes de ativar estados e alterar conceitos, percepções e afetos (modos de pensar-sentir-querer).

mentos importantes para o desenvolvimento do planejamento democrático, reconhecendo a diversidade de linguagens, culturas e a relação destas nos modos de ocupar e produzir cidades. Esta postura permite alcançar outras formas de perceber/apreender a complexidade dos territórios e do próprio conhecimento científico.

A tentativa de formular uma proposta de planejamento insurgente tem a finalidade de contribuir nas decisões de transformação sócio-espacial, ao mesmo tempo em que propõe romper com o pensamento dual entre aderir a uma postura mais técnico-pragmática ou mais crítico-reflexiva.

Considerar as narrativas do cotidiano, para Sandercock (2005), não trata somente de relatar eventos mas dotá-los de significados, no sentido de realizar uma interpretação/produção de conhecimento, onde os participantes são personagens e coautores do planejamento. Trata também de reconhecer a potencialidade do planejamento em absorver as narrativas do cotidiano para mudar a própria prática do planejamento e, neste sentido, é fundamental reavaliar os fatos históricos tomados como verdade e recontar a história do planejamento moderno como meio para se pensar o futuro dos espaços urbanos.

No caso do planejamento insurgente, não se questiona apenas a racionalidade instrumental, mas a contribuição do planejamento na difusão e consolidação da lógica dominante do capitalismo perverso, diferentemente do planejamento participativo, cuja participação popular muitas vezes é acionada apenas para legitimar e conferir um caráter aparentemente democrático, igualitário e justo a um resultado (plano) proveniente de um processo cuja sua influência é "ficcional", e tal participação é reduzida como exercício de meras "ações de fala" ou atuação simbólica, onde o planejamento assume explicitamente um papel de tradutor ou mediador entre diferentes esferas da sociedade, entre o Estado e a comunidade, entre o sistema e a vivência cotidiana de determinados grupos sociais.

Em uma postura insurgente, as narrativas são importantes instrumentos que apontam pistas a respeito da direção de uma ruptura do paradigma autocrático do planejamento e de sua racionalidade instrumental, postura esta que vai além do poder de intermediação do Estado entre os diversos agentes construtores do espaço urbano em meio ao cenário de conflitos gerado entre eles.

A INSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA OFICIAL E A OBLITERAÇÃO DAS "MEMÓRIAS SEM DONO" NOS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE URBANIZAÇÃO

No processo de urbanização das grandes cidades brasileiras, a presença e crescimento de áreas com maior concentração de pobrezaⁱⁱⁱ, situadas sobretudo nos centros e nas proximidades destes, foram consideradas "indesejadas" pelo poder público e camadas sociais mais abastadas, - sendo apontadas como causadoras de doenças, desordem social e crise urbana - os quais defendiam que era necessário, portanto, a erradicação destes territórios.

Para isto, no final do século XIX e início do século XX foi comum uma atitude repressiva do poder público para com estas áreas: destruições das habitações, remoções dos moradores para edificações situadas em lugares afastados do centro da cidade, entre outras medidas drásticas como códigos de posturas, culminando na proibição por lei deste tipo de ocupação. Porém, devido a problemas estruturais do país, estas áreas indesejadas (cuja denominação varia de acordo com a localização: favelas, baixadas, invasões, etc.) não pararam de crescer e se multiplicar. Cabe destacar que estas áreas também são a cidade, apesar de suas memórias e histórias "sem dono" serem

ⁱⁱⁱ Atualmente nomeadas de diversas maneiras no discurso oficial, tais como: bolsões de pobreza, assentamentos informais, áreas irregulares, etc.

obliteradas da memória oficial, daquela constituída e propagada pelo discurso dominante nos livros de história, monumentos, toponímia, etc. Nesta perspectiva, atualmente continua em voga a atitude segregacionista por parte do poder público e do capital privado que, em um movimento de objetualização da cultura (JEUDY, 1990) transformam o social em “objeto de cultura”, selecionam o que deve e o que não deve fazer parte de uma memória coletiva, sendo que esta deve ser atraente aos investimentos privados. Em meio a este processo calcado em um discurso retórico de resgate da memória coletiva e preservação do bens imóveis da cidade, são estabelecidas ações impositivas em áreas outrora ocupadas pelos não-contados (RANCIÈRE, 1996), imposições estas que também incidem sobre suas memórias subterâneas (POLLAK, 1989), seja de forma a obliterá-las, seja de forma a reinterpretá-las e torná-las “objeto cultural”.

No que se refere às interferências físicas, estas áreas passam a ser alvo direto de profundas intervenções urbanas para o “embelezamento da cidade”, ideia esta propagada pelos ditames do Planejamento Estratégico^{iv}. Desta forma, o discurso hegemônico deste tipo de intervenção apenas adquiriu uma “nova roupagem” apropriando-se de ideias, termos e conceitos provenientes das pró-

prias camadas populares, no intuito de convencê-las (e convencer a sociedade de modo geral) a apoiar tais ideais cooptadas/reformuladas que se baseiam, no entanto, no interesse de uma minoria que detém o capital e que pouco percebe nestas áreas “indesejadas” uma parte da cidade construída por seus próprios habitantes, a qual possui suas próprias memórias individuais e coletivas que diferem daquela oficial e, por isso, se tornam relevantes na elaboração de qualquer atitude de intervenção urbana.

No que se refere ao tratamento e gerenciamento da cidade como uma empresa, ação do Plano Estratégico, Arantes (2000), bem como Henry Jeudy (1990), afirma que quando se fala em ‘fazer a cidade’, aborda-se muito menos a racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano-diretor, isto é, a ordem técnica do planejamento dos modernos e se dá ênfase ao domínio da cultura^v e seus derivados (o lugar, sua imagem e “identidade”): o respeito aos valores locais e sua morfologia e os contextualismos e regionalismos críticos são incorporados como fachada dos pacotes estratégicos, vendidos como fórmula de sucesso às cidades que gostariam de se emparelhar com as metrópoles centrais. Como dito anteriormente, é o processo de objetualização da cultura.

^{iv} Segundo BORJA (1996), o Planejamento Estratégico trata-se de um modelo de projeto empresarial, originado nos EUA e voltado para organização de uma empresa, no intuito de obtenção de produtividade, competitividade e obtenção de metas. Este tipo de planejamento foi se desdobrando em vários campos e interpretações, sendo adaptado a vários modelos, expandindo-se para outras áreas, chegando ao Planejamento Urbano que passou a tratar a cidade como uma empresa e/ou como mercadoria. A partir do final da década de 80 e início dos anos 90, o Planejamento Estratégico foi se disseminando na Europa em cidades pontuais como Barcelona, na Espanha. O caso de Barcelona foi resultado de uma estratégia para a superação de uma crise financeira, a partir de uma planificação urbana que teve a sua implantação inicial em 1986, proveniente de recursos públicos e privados para que a cidade fosse sede das Olimpíadas, e culminou no plano “Barcelona 2000”. O sucesso deste plano o levou a ser aplicado e ‘adaptado’ em diversas cidades, inclusive na América Latina, sendo que em muitas delas ocorreu de forma parcial.

No discurso neoliberal do Planejamento Estratégico o mesmo consiste em um projeto para a cidade que unifica os diagnósticos, com atuações público-privadas e com a mobilização e cooperação dos atores sociais urbanos, onde o processo participativo é prioritário. E tem como resultado um contrato político entre as instituições públicas e a sociedade civil, além disso, o processo posterior à elaboração e aprovação do plano, sua continuidade e a sua implantação são tão importantes quanto. Porém, é importante salientar que este tipo de afirmação não passa de um mero discurso de marketing, com o objetivo de vender esta teoria aos administradores do poder público, teoria esta fundamentada na ilusão de que o Planejamento Estratégico é a solução “salvadora” para os problemas econômicos da cidade, enquanto que na verdade é uma grande estratégia capitalista para arrebatar mercados para os grandes escritórios mundiais especializados neste tipo de planejamento, ou seja, tornar a cidade uma fonte de exploração de acordo com os interesses do setor privado, sem a interferência do Estado.

^v Fundamentando-se em Guattari; Rolnik (1999) e Debord (1967) cultura é aqui expressa como um conceito a serviço do capital, uma cultura mercantilizada, globalizada e espetacular.

Nesta conjuntura, o discurso atual da cidade como imagem é aquele dos empresários e políticos que objetivam lucrar com a cidade e a oferecem como um produto a ser consumido, usando para isto todas as estratégias de marketing e buscando reaplicar práticas urbanísticas que foram bem sucedidas em outros lugares (HUYSSSEN, 2000).

Trata-se, portanto, de uma “comédia ideológica” (ARANTES, 2000), onde de um lado estão urbanistas e arquitetos de clara ascendência progressista projetando gerencialmente (inclusive os próprios antropólogos servem a esta dinâmica de alguma maneira) e, de outro, empresários e banqueiros “consumindo” a cidade nos seus próprios interesses, ou seja, a formação de uma parceria por meio do culturalismo de mercado (ibidem). Prevalecendo, deste modo, a ideia conceitual do pensamento único das cidades (ARANTES et al, 2000), que dá bases às novas estratégias urbanas, ronda as cidades em competição pelo financiamento escasso no sistema mundial (onde estão atrelados o interesse financeiro e as alegações culturais do comando econômico), à revelia das preferências político-ideológicas dos administradores. No cerne do panorama estabelecido pelo Planejamento Estratégico destaca-se o fenômeno da espetacularização das cidades no sentido apontado por Debord (1967), onde se prolifera por meio de ações extremamente capitalistas (gentrificação^{vi}, criação de imagens, eventos e festivais para a cidade; renovação de espaços públicos; criação e/ou resgate de ícones arquitetônicos, etc.) a ideia de uma cultura e de uma cidade revitalizada, que se torna atraente para o consumo e ao mesmo tempo – como num espetáculo – se torna uma atração a qual todos assistem passivamente, de maneira alienante, sem participação alguma.

É neste contexto da produção empresarial da cidade que emerge o fenômeno de uma espé-

cie de amnésia coletiva (HUYSSSEN, 2000) em decorrência da proliferação de acontecimentos e informações que não são absorvidas pela sociedade com a mesma rapidez em que ocorrem. Na cidade do Planejamento Estratégico, que transforma o social em “objeto cultural”, almejando-se “resgatar a memória e preservá-la”, pressupondo-se memórias sociais e de grupos, tem se colocado em evidência a importância da memória coletiva como forma de constituir a identidade de um povo (identidade coletiva) e de um lugar.

Esta preocupação quase obsessiva pela memória reflete-se nos discursos dominantes nos meios políticos, da mídia, das instituições, etc., que insistem em afirmar a necessidade de preservar a identidade do lugar (restaurando-se antigas edificações, requalificando áreas degradadas, construindo novos monumentos, resgatando a história e os antigos costumes do lugar dando-lhes uma nova roupagem, etc.), mas que objetiva-se, no entanto, a produção de consumo dos bens culturais, a cidade-mercadoria, a cidade da memória oficial. Aqui entendemos memória oficial nos termos de Pollak (1989), aquela propagada pelos discursos dominantes, a “memória nacional”, cujas histórias são construídas sem se levar em consideração as memórias “sem dono”, as “memórias subterrâneas” das minorias.

No contexto da produção da memória oficial por meio de discursos dominantes, destacamos o papel do Estado (e do capital privado) no controle e gerenciamento da construção desta memória única, e na associação da necessidade de se criar monumentos às grandes mudanças políticas (POLLAK, 1989). Neste ínterim, salientamos a construção da História como noção de *fato, enquanto perspectiva de eventos condensados por um continuum singular*, cujas narrativas partem da lente de fluxos hegemônicos emissores do valor de um único e

^{vi} Termo usado para definir o processo de elitização de áreas antes desvalorizadas da cidade com expulsão da população mais pobre, desenvolvido por Neil Smith em *The New Urban frontier, gentrification and the revanchist city*, Londres, Routledge, 1996 apud JACQUES in CADERNOS PPG-AU/FAUFBA (2004). E que diz respeito à alteração da composição social original de determinadas áreas de uma cidade em decorrência de programas de requalificação de espaços urbanos estratégicos, quando estes visam interesses imobiliários, empresariais e financeiros. Em outras palavras, significa a expulsão de moradores de áreas urbanas degradadas, que pertencem a classes sociais menos favorecidas, em decorrência da valorização desta área por uma intervenção urbana (VAZ, 2004).

memorável tempo verdadeiro (DELEUZE,1992; FOUCAULT,1979). Entendemos, portanto, a produção da memória oficial atrelada aos fatos da História, onde se inserem a criação de monumentos e as mudanças políticas.

Por outro lado, Veyne (1998) nos mostra a existência da história entendida e problematizada pela noção de *evento* como dinâmica múltipla dos acontecimentos, pelo qual pluraliza as perspectivas valorativas e apreensões do tempo-espaço, seja por meio da ciência, da teologia, e do tempo inerente à lógica capitalística. É onde se insere a noção de memórias subterrâneas, de Pollak (1989).

Em outras palavras, as memórias subterrâneas ou a história que se constrói no cotidiano das coletividades, é obliterada nos discursos dominantes e de suas linhas escritas da memória oficial da cidade pela meticulosa ordem dos valores hegemônicos por ser avaliada e desqualificada como disseminadora de eventos pobres, escusos, insalubres e mesmo hediondos. Porém, as próprias tensões e subterrâneos da história se constroem tanto quanto a suposta categoria do *fato*, onde manifesta dinâmicas outras que, alastradas profundamente no ritmo de vida do sistema capitalista, criaram/criam/criarão os discursos, falas e práticas dos sujeitos singulares; fazendo valer as palavras de Maurice Halbwachs (2004), onde não é na história aprendida, e sim na história vivida que se radicam nossas memórias.

Além do mecanismo de produção de uma única História e de uma memória oficial e, por meio dela, a instauração de “verdades”, a categorização dos elementos e sujeitos que constituem o que é aceito como espaço urbano também se torna uma importante estratégia de controle e poder nos processos de produção e ocupação dos territórios da cidade, e é desta maneira que se estabelece um fenômeno de invisibilidade de determinadas coletividades neste contexto de disputas.

FOMENTAR A VIVACIDADE: O PAPEL DAS NARRATIVAS DO COTIDIANO NA CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS DE UM URBANISMO HUMANO

Nos últimos anos, em várias partes do planeta, pessoas têm retomado a cidade a partir de iniciativas próprias à revelia do poder público. São cidadãos que tomam atitudes concretas pensando coletivamente o próprio futuro. Esta vivacidade, isto é, estas potencialidades oriundas de novas práticas cidadãs de fazer planejamento, podem ser consideradas e reconhecidas como outras formas do fazer cidade que “corporificam um urbanismo humano”, como diz Miraftab (2016). Segundo a autora, tais práticas cidadãs objetivam uma justiça baseada no reconhecimento da diferença e sua política, exigindo o reconhecimento de formas de opressão autodeterminadas e baseadas em grupos. Efetivando uma forma de cidadania que é múltipla e possui múltiplas atividades, que busca a inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados.

Diante da natureza de reinvenção do capitalismo, que incorpora e despotencializa o que lhe ameaça, é fundamental que movimentos de ruptura ao *status quo* se reinventem constantemente, ou seja, manifestem “práticas de ruptura e criação” (MIRAFTAB, 2016).

Dessa maneira, as narrativas das histórias do cotidiano podem se dar das mais diversas e inventivas maneiras: a partir de atos performativos de insurgência; cartografias em tempo real de processos de exclusão (como a gentrificação, por exemplo); documentários e outros usos de mídias alternativas para denunciar ações e intervenções urbanas excludentes (como remoções e desapropriações forçadas); a ocupação de edificações e terras urbanas (ociosas pela especulação imobiliária); movimentos de bairro e/ou ativistas que – a partir de ações criativas, como blocos de carnaval, por exemplo – questionam ações públicas em

parceria com o capital privado, a inexistência, monofunção ou subutilização de espaços públicos urbanos e questionam a participação consultiva; entre outras, compreendem o espaço público e a cidade como se fora deles mesmos e, dessa maneira, instauram um planejamento insurgente e resistem à lógica capitalista de construção e produção de cidade.

Assim, destacamos a construção e legitimação de narrativas do cotidiano como mecanismo fundamental no processo de disputa do dizer e fazer cidade, realizadas pelos principais sujeitos produtores do espaço urbano que, via práticas de insurgência, não se limitam/ restringem às categorias dominantes do capitalismo contemporâneo, mas as subvertem a partir de táticas (CERTEAU, 2011) que “se insinuam ubiquamente”, “quase que invisível”, como uma espécie de transgressão, subversão para o “meio popular” – um desvio, uma gambiarra – a partir das subjetividades que lhes são impostas pelas elites produtoras de linguagem, de riquezas e processos de subjetivação.

Se pensar cidade é pensá-la também enquanto um poderoso lugar de agrupamento/ atração da multiplicidade/ heterogeneidade, encontramos no(s) processo(s) de homogeneização e controle dos sujeitos e territórios pela via do Pensamento Único (incluindo a própria ideia de cidade), um direcionamento contrário, pois este opera de acordo e para um viver/ agir/ pensar/ compreender/ dizer cidade delimitado. Nesta perspectiva, o planejamento insurgente é específico do contexto em que emerge, não se trata de uma nova opção de plano urbanístico, mas se constitui de ações de criação coletiva, invenções de espaços de ativismo e construção de narrativas que bradam pela justiça espacial e apontam um futuro alternativo: “nós ainda estamos aqui”, ainda temos vivacidade para construir a(s) história(s) e a(s) cidade(s) que queremos.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando Consensos. Petrópolis: RJ: Vozes, 2000.
- BORJA, Jordi. **As cidades e o planejamento estratégico**: uma reflexão européia e latino-americana. In: FISHER, T. Gestão contemporânea. Cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2011.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. – São Paulo: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 17ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. 5ª Ed. Petrópolis, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004, pp.29-94.
- HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2000.
- JACOB, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- JACQUES, Paola. **Espetacularização Urbana Contemporânea**. In: JACQUES, Paola; FERNANDES, Ana (Or.). CADERNOS PPG-AU/FAUFBA/ Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. – Ano 2, número especial, (2004) – Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004.
- JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, pp.05-46.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano | Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 363, dez. 2016. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499/4751>>. Acesso em: 01 abril. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363>.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento – política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- SANDERCOCK, Leonie. Framing insurgent historiographies for planning. In: Sandrecock, Leonie. **Making the invisible visible**: a multicultural planning history. Berkeley, University of California press, 1998, pp 1-33.
- VAZ, Lílian Fessler. A Culturalização do Planejamento da Cidade. In: FERNANDES, Ana. JACQUES, Paola (org). **Territórios Urbanos e Políticas Culturais**. Cadernos PPG-AU/ FAU-UFBA. Salvador, 2004.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.